



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

VOTO Nº 1927/2013

PROCESSO MPF nº 0003129-83.2012.4.03.6107

ORIGEM: PRM – ARAÇATUBA-SP

PROCURADOR OFICIANTE: PAULO DE TARSO GARCIA ASTOLPHI

RELATORA: RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

REPRESENTAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE ESTELIONATO CONTRA O INSS (CP, ART. 171-§ 3º). MPF: ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO (CPP, ART. 28 C/C LC N. 75/93, ART. 62-IV). ENCERRAMENTO PREMATURO DAS INVESTIGAÇÕES. INDÍCIOS DA MATERIALIDADE DELITIVA. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

1. Trata-se de representação criminal em que se apura a prática do crime de estelionato previdenciário, previsto no art. 171- §3º do Código Penal, mediante o recebimento indevido de benefício previdenciário nas competências 07/1998 a 05/2003, gerando um prejuízo à autarquia federal no aporte atualizado até 06/06/2012 de R\$ 33.012.32.

2. O Procurador da República enquadrou os fatos no art. 169 do Código Penal (Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza) e promoveu o arquivamento por entender pela atipicidade da conduta, ao fundamento de que o dever de comunicar ao INSS o óbito do segurado dirige-se ao cartório de registro de pessoas naturais, o que afastaria a imputabilidade criminal a qualquer outro indivíduo. Sustentou, ainda, a ocorrência da prescrição. O Juiz Federal, no entanto, discordou destes fundamentos, aduzindo que os fatos dizem respeito ao mérito da persecução penal, devendo ser analisados à luz das provas a serem produzidas durante a instrução processual, sob o crivo do contraditório.

3. Consta dos autos que os saques do benefício previdenciário ocorreram após a morte do beneficiário, o que denota a existência da materialidade delitiva do crime de estelionato previsto no art. 171- §3º Código Penal. Registre-se que aquele que procedeu ao saque manteve em erro o INSS, e que o dever atribuído aos cartórios no sentido de comunicar o óbito de segurados à autarquia federal (Lei n. 8.212/1991, art. 68) não exclui o dolo de qualquer outra pessoa direcionado ao cometimento do crime de estelionato.

4. Quanto à autoria delitiva, constata-se que não foram empreendidas diligências com o intuito de identificá-la, tal como a oitiva daqueles que à época dos fatos conviviam com o beneficiário. Arquivamento prematuro.

5. O último saque encontra-se datado de 05/2003. Assim, o crime não está prescrito, pois não transcorreram mais de 12 anos dos fatos (CP, arts. 107-IV; e 109-III).

6. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Trata-se de representação criminal em que se apura a prática do crime de estelionato previdenciário, previsto no art. 171- §3º, do Código Penal, mediante o recebimento indevido de benefício previdenciário nas competências

07/1998 a 05/2003, gerando um prejuízo à autarquia federal no aporte atualizado até 06/06/2012 de R\$ 33.012,32.

O Procurador da República enquadrou os fatos no art. 169 do Código Penal (Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza) e promoveu o arquivamento por entender pela atipicidade da conduta, ao fundamento de que o dever de comunicar ao INSS o óbito do segurado dirige-se ao cartório de registro de pessoas naturais, o que afastaria a imputabilidade criminal a qualquer outro indivíduo. Sustentou, ainda, a ocorrência da prescrição (fls. 34/37).

O Juiz Federal, no entanto, não homologou o arquivamento, aduzindo que os fatos dizem respeito ao mérito da persecução penal, devendo ser analisados à luz das provas a serem produzidas durante a instrução processual, sob o crivo do contraditório. Em seguida, remeteu os autos a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 28 do CPP c/c o art. 62-IV da LC nº 75/93 (fl. 39).

É o breve relatório.

Consta dos autos que o saque do benefício previdenciário ocorreu mesmo após a morte do beneficiário, o que denota a existência da materialidade delitiva do crime de estelionato previsto no art. 171- §3º Código Penal, nos termos que se seguem: *“Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento”*.

Registre-se que aquele que procedeu ao saque **manteve em erro** o INSS, e que o dever atribuído aos cartórios no sentido de comunicar o óbito de segurados à autarquia federal (Lei n. 8.212/1991, art. 68) não exclui o dolo de qualquer outra pessoa direcionado ao cometimento do crime de estelionato.

De outra parte, quanto à autoria delitiva, constata-se que não foram empreendidas diligências com o intuito de identificá-la, tal como a oitiva

daqueles que à época dos fatos conviviam com o beneficiário, situação que evidencia a prematuridade do encerramento das investigações.

Já em relação à prescrição, tem-se que o saque encontra-se datado de 05/2003. Assim, o crime não está prescrito, pois não transcorreram mais de 12 anos dos fatos (CP, arts. 107-IV; e 109-III).

Com estas considerações, voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Encaminhem-se os autos, com as nossas homenagens, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, para cumprimento, cientificando-se o Procurador da República oficiante e o Juízo de origem.

Brasília-DF, 18 de março de 2013.

Raquel Elias Ferreira Dodge

Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora da 2ª CCR/MPF

LT